

CPMI do INSS pedirá prisão preventiva de 21 pessoas

CPMI pede prisão de “careca do INSS” e ex-presidente do INSS

Por Gabriela Gallo

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga os desvios ilegais de recursos de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) solicitará ao Supremo Tribunal Federal (STF) a determinação de mandado de prisão preventiva contra Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como “Careca do INSS”. O relator do caso Supremo é o ministro André Mendonça. Além do “careca do INSS”, os membros da comissão devem pedir para a Suprema Corte determinar mandatos de prisão para outras 20 pessoas, todas citadas pelo advogado Eli Cohen, depoente da CPMI na sessão desta segunda-feira (1º). O advogado foi responsável pelas primeiras denúncias sobre as fraudes no órgão.

Em seu depoimento para os membros da comissão, Cohen afirmou que descobriu que as fraudes do INSS começaram, na verdade, em 2005. Após pedido do presidente da CPMI, senador Carlos Viana (Podemos-MG), o advogado citou os nomes de pessoas que teriam supostamente coordenado o esquema de desvio de recursos. Ele detalhou o papel de cada uma delas nas fraudes, teriam sido chefiadas pelo empresário Maurício Camisotti e pelo lobbista Antônio Carlos Camilo Antunes, ambos com ligações com a Associação dos Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos (Ambec).

Diante das informações apresentadas por Eli Cohen, o relator do colegiado, deputado federal Alfredo Gaspar (União Brasil-AL), pediu que



Na CPMI, advogado apontou supostos envolvidos em esquema de desvios irregulares

o colegiado encaminhe ao STF e ao Ministério da Justiça e Segurança Pública o pedido de prisão preventiva de pessoas citadas pelo advogado. O relator da CPMI alegou que considera a prisão necessária devido ao risco de fuga dos acusados.

“Nós estamos com indícios suficientes de autoria, com prova da materialidade dos crimes. O delegado que representou no inquérito-mãe citou os pressupostos e fundamentos de prisão preventiva, mas solicitou medidas de não encarceramento, das quais discordo, diante do quadro em que o Brasil se encontra com milhares de encarcerados por delitos muito menores”, afirmou Gaspar.

Além do “careca do INSS” e Maurício Camisotti, Cohen também citou: o ex-presidente do INSS, Alessandro Antonio Stefanutto; Andre Paulo Felix Fidelis; Eric Douglas Martins Fidelis; Cecília Rodrigues

Mota; Virgílio Antonio Ribeiro de Oliveira Filho; Thaisa Hoffmann Jonasson; Maria Paula Xavier da Fonseca Oliveira; Alexandre Guimarães; Rubens Oliveira Costa; Romeu Carvalho Antunes; Domingos Savio de Castro; Milton Salvador de Almeida Junior; Adelinon Rodrigues Junior; Geovani Batista Spiecker; Reinaldo Carlos Barroso de Almeida; Vanderlei Barbosa dos Santos; Jucimar Fonseca da Silva; Philippe Roters Coutinho; e Marcio Alaor de Araújo.

Investigação

O advogado Eli Cohen começou sua investigação em 2021, reunindo documentos que mostravam dados sigilosos de beneficiários que eram usados por entidades e empresas para aplicar cobranças indevidas. Na avaliação do senador Izalci Lucas (PL-DF) a comissão parlamentar mista

está “diante de mais um caso de crime organizado, no qual ‘a política de Estado do PT é a roubalheira’, e que a CPMI precisa expor à sociedade como a esquerda tenta esconder o rombo provocado por ela própria”.

Durante a sessão, o advogado declarou que todo o esquema de descontos ilegais de benefícios previdenciários que ele investigou girava em torno do empresário Maurício Camisotti. Ele ainda disse que a empresa THG, pertencente a Camisotti, era a principal destinatária do dinheiro das fraudes e que 27,5% iam para o “Careca do INSS”. Toda a investigação começou após ele ser acionado por duas pessoas que alegaram estarem sendo lesadas pela previdência e, por acaso, ele descobriu o esquema do INSS.

Com informações de Agência Câmara e Agência Senado

Com julgamento de Bolsonaro, oposição tenta emplacar anistia

Por Gabriela Gallo

Ademais o julgamento do núcleo principal do plano de tentativa de golpe de Estado no Supremo Tribunal Federal (STF), a expectativa é que o Congresso Nacional defina pautas relevantes tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal. Nesta terça-feira (2), às 14h, está agenda a reunião de líderes da Câmara. O principal tema que deve voltar para a mesa de discussão é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que impede a prisão em flagrante de parlamentares, somente mediante aval do poder Legislativo – batizada de PEC da Blindagem. O tema inicialmente estava previsto para ser discutido no plenário da Câmara na última semana, mas os deputados não chegaram a um acordo com o relatório do deputado federal Lafayette de Andrada (Republicanos-MG). Com isso, os congressistas devem discutir a possibilidade de votar o texto no plenário da Casa, porém, a priori, as expectativas de aprovação ainda são baixas.

Ainda na Câmara, também há a possibilidade dos deputados votarem o projeto de lei que amplia a isenção do pagamento do Imposto de Renda para Pessoa Física (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil mensais e amplia a faixa de isenção parcial do pagamento do IR para quem ganha entre R\$ 5.001 a R\$ 7.350. A urgência do texto fora aprovada no plenário da Câmara, portanto, se pautada,



Conselho de Ética avaliará 14 requerimentos

a medida será votada no plenário.

Contudo, na semana do julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) – que é um dos réus do plano de tentativa de golpe de Estado – os parlamentares da oposição irão focar nesta semana para retomar as discussões e votações do projeto que concede anistia aos presos envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, em Brasília. Contudo, os partidos do Centrão avaliam que este não seja o momento adequado para voltar a discutir o tema. Na avaliação dos congressistas, o tema irá tirar o foco da pauta. A oposição buscará emplacar o projeto na reunião de líderes desta terça-feira.

Quebra de decoro

Também nesta terça-feira, Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados decidirá a instauração e andamento de 14 processos contra parlamentares, tal como a lista tríplice para o sorteio do relator de cada caso.

Dos 14 requerimentos, três são contra o deputado federal André Janones (Avante-MG), todos oriundos do Partido Liberal (PL). Um dos requerimentos acusa o parlamentar de prática de rachadinha, no qual o deputado teria supostamente solicitado que servidores devolvessem parte de seus salários para beneficiar sua campanha (Rep 8/25). Ou-

tro acusa Janones de usar suas redes sociais para atacar o deputado Gustavo Gayer (PL-GO). Finalmente, o terceiro requerimento contra o deputado federal de ofensa à Câmara e abuso das prerrogativas parlamentares ao circular na Casa vestindo camiseta com a frase contendo palavra de baixo calão – na ocasião, Janones usou uma camisa escrita “anistia é o car*****”.

Além dos requerimentos contra Janones, o PL também abriu requerimentos contra os deputados do Pso Guilherme Boulos (SP) e Célia Xacriabá (MG). Além deles, o líder da bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) na Câmara dos Deputados, Lindbergh Farias (RJ), também é alvo de processo do Partido Liberal e do Novo por de ter divulgado, em redes sociais, imputações falsas ao deputado Marcel Van Hattem (Novo-RS).

Parlamentares da esquerda também acionaram o Conselho de Ética. O PT acusa o deputado Gustavo Gayer (PL-GO) por postagens ofensivas e misóginas contra a ministra Gleisi Hoffmann e outras mulheres, além do deputado Gilvan da Federal (PL-ES) por ataques contra a ministra de Relações Institucionais. O partido também acusa Gilvan da Federal de ter incitado violência contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) durante reunião da Comissão de Segurança e Combate ao Crime Organizado, em maio deste ano.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Partidos apontam para governador de São Paulo

Tarcísio e Centrão querem anistia, e Bolsonaro longe

Agora comandada pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), a ofensiva do Centrão ampliado pela anistia traz implícito o objetivo oculto de manter Jair Bolsonaro (PL) fora da disputa presidencial.

O Centrão passou a se empenhar pela liberdade do ex-presidente, mas acha melhor que ele continue fora da disputa pelo Planalto. É preciso,

porém, garantir os votos bolsonaristas para o candidato da direita.

Lideranças do grupo avaliam que, depois da provável condenação de Bolsonaro, sua saída da cadeia só será viável em 2027. Isto, claro, se houver a vitória de um candidato de oposição que tenha disposição de indultá-lo ou de usar seu peso político para arrancar uma anistia do Congresso.

Obstáculo

Integrantes do grupo reconhecem que a condenação do ex-presidente pelo Supremo Tribunal Federal reforçará a campanha pela anistia, mas consideram muito difícil que o Senado aprove a medida. “No Senado, o Centrão é governista”, diz um deputado.

O escolhido

Os sucessivos embates protagonizados pelos Bolsonaro e o desgaste da imagem da família detectado por pesquisas convenceram o Centrão que é melhor entrar na briga de 2026 sem um integrante do clã. Querem alguém mais compatível com a política tradicional.

Douglas Gomes/liderança do Republicanos



Pereira foi um dos que estiveram com Tarcísio

Conversas com Pereira, Motta, Ciro Nogueira e Sóstenes

Cada vez mais pré-candidato à Presidência, Tarcísio, nos últimos dias, declarou que indultará Bolsonaro e tratou de divulgar sua movimentação pró-anistia.

Ontem, tomou café da manhã com o presidente do Republicanos, Marcos Pereira, que publicou a conversa e ressaltou que a anistia tinha sido o cardá-

pio do encontro.

Para tratar do mesmo assunto, o governador procurou o presidente da Câmara, Hugo Motta (também de seu partido), o presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI) e líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ).

A ofensiva visa também amenizar resistências da família do ex-presidente.

Sem opção

Como o Correio Bastidores já ressaltou, a conta dos pra lá de experientes parlamentares do Centrão é simples: acuada, prestes a receber uma pena pesada e ser mandado para a cadeia, Bolsonaro não tem condições políticas para comprar brigas e recusar apoios.

Pavio curto

Esse Centrão ampliado sabe, porém, que o desafio agora é não passar a imagem de que está traindo o clã Bolsonaro. Isso poderia, no limite, estimular uma candidatura ao Planalto do deputado Eduardo Bolsonaro, uma bomba que tende a explodir a direita.

Estrelados

A derrota do governo na escolha do comando da CPMI do INSS reforçou o coro dos que defendem o fim do monopólio petista em cargos de liderança no Congresso. Carregam estrelinha vermelha na lapela os líderes do governo no Senado, na Câmara e no Congresso Nacional.

O mandão

Para integrantes do próprio PT seria interessante diluir esse poder, até para que o governo conseguisse buscar um apoio mais efetivo de outros partidos da base. O problema é que isso, na prática, depende de uma mudança de postura do presidente Lula.